

Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior

Telma Brito Rocha*
Theresinha Guimarães Miranda**

Resumo

É inegável o papel social da universidade e seu compromisso de proporcionar um processo educacional mais justo e democrático para a elaboração de conhecimentos e efetivação de políticas inclusionistas. Nesse sentido, o presente trabalho tem a finalidade de analisar as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência numa universidade federal, situada na região nordeste. Os resultados encontrados convergem para o despreparo, tanto da Universidade, quanto dos profissionais que dela fazem parte, para proporcionar o atendimento adequado às necessidades especiais desses alunos. Por isso, é necessário que a Universidade invista na definição de uma política institucional para a construção de práticas inclusivas que beneficiem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, através das Tecnologias Assistivas para promoção e equalização de oportunidades.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação Especial. Inclusão e Tecnologias Assistivas.

Access and stay of student with disabilities in higher education institution

Abstract

It is undeniable the social role of the university and its commitment to provide an educational process fairer and more democratic for the development of knowledge and effectiveness of policies inclusionistas. In that sense, this work is the purpose of analyzing the conditions of access and residence of the student with disabilities in a federal university, located in the northeastern. The results converge to the unpreparedness, both of the University, as the professionals who are part of it, so provide adequate care for the special needs of such students. So it is necessary that the University invest in the definition of an institutional policy for the construction of inclusive practices that benefit the process of teaching and learning for students with disabilities, through the Assistive Technologies for promotion and equalization of opportunities.

keywords: Higher Education. Special Education. Inclusion and Assistive Technologies.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

** Professora do Departamento de Educação I da Universidade Federal da Bahia.

Introdução

A inclusão social como fator fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, hoje, requer que os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das tecnologias da informação e da comunicação estarem a serviço da criação e aperfeiçoamento de tecnologias assistivas, proporcionando, à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

As Tecnologias de informação e Comunicação (TIC's) têm provocado profundas mudanças na sociedade. Essas mudanças já podem ser visíveis nos diferentes setores produtivos. É fato que o ambiente computacional tende, cada vez mais, a tornar-se uma fonte de informação preponderante e um fator determinante da educação na sociedade atual. No entanto, o setor educacional por sua vez ainda caminha a passos lentos. Enquanto estamos vendo, as linguagens digitais se tornando importantes instrumentos de nossa cultura e, oportunizando inclusão e interação no mundo, a escola e todo sistema de educação, de modo geral, tem carecido de investimento e desenvolvimento de novas práticas a partir das tecnologias, para que se possa experimentar práticas pedagógicas mais democráticas e plurais.

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado grande parcela dos alunos à exclusão, principalmente das minorias - sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito básico à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

De acordo com estudos de Fortes (2005) é através de Instituições de ensino regular que se deve combater as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma real educação para todos.

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Do direito: a legislação sobre o tema

As últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os países, inclusive do Brasil. Ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Esses documentos ressaltam que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama das diferentes características e necessidades dos alunos

Dentre os principais instrumentos nacionais que orientam a educação para uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica da educação inclusiva, destacam-se:

- Constituição federal, Título VIII, artigo 208 e 227;
- Lei n. 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais;
- Lei n. 10.098/00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- Lei 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Decreto n. 5.296/04. Regulamenta as Leis nº. 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n. 3289/99 que regulamenta a Lei nº. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Portaria MEC n. 1.679/99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de

autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;

Apesar de existirem dispositivos legais desde a constituição de 1988, onde se estabelece normatização, de modo que se assegure a equidade de oportunidades e a valorização da diversidade ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, é somente, a partir de 1996, com a lei n. 9394/96, que as instituições de educação superior mais especificamente começam a discutir a questão, já que a legislação ora citada, estabelece responsabilidades bem definidas para a operacionalização de ações dirigidas a inclusão do aluno com deficiência em instituições de ensino.

Com o considerável número de dispositivos legais na forma de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções no âmbito da Legislação Federal, as principais, elencadas acima, estas instituições começam a organizar-se com relação ao ingresso desse alunado. A circular n. 277 MEC/GM a exemplo sugere os encaminhamentos que cada instituição de ensino superior deva ter para o processo de ingresso do aluno com deficiência, sobretudo na seleção pública por meio do vestibular, e chama a atenção para que as mesmas desenvolvam ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais, de infra-estrutura, de capacitação de recursos humanos, de modo que atendam uma permanência de qualidade a esses alunos.

No entanto, vai ser a Portaria 3.284/2003 MEC/GM que revogou a Portaria MEC n. 1.679/1999, que irá dispor sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior no país. Por meio desta, o cumprimento destas normas, se encontra atrelada à condição de avaliação da instituição.

A partir desta determinação legal, diretamente relacionada à sua autorização de funcionamento, é que muitas universidades começaram a criar ações que garantam acessibilidade em sua estrutura arquitetônica, embora, segundo pesquisa realizada pelas autoras deste texto, e tratadas a seguir, em uma instituição federal de ensino, revelem que o atendimento apenas a infra-estrutura espacial, não conseguem minimizar a exclusão destes alunos no ensino superior, aspectos como as condições didático-pedagógica de trabalho de professores, comprometido pela falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste aluno de modo pleno, se encontra entre as principais obstáculos verificadas em seu estudo.

Sendo assim, o Ministério da Educação tem que criar além de legislação, programas que permitam a aquisição de materiais tecnológicos e capacitação docente. Essas mesmas condições também são apontadas por outras pesquisadoras, como Moreira, (2005) que afirma que os aparatos legais, sem dúvida, são importantes e necessários para uma educação inclusiva no

ensino superior brasileiro, no entanto, eles por si só não garantam a efetivação de políticas e programas inclusivos. Para a autora, a educação que prime pela inclusão deve ter: “investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória” (MOREIRA, 2005, p.6).

Da estatística: a universidade e a inclusão de alunos com deficiência no Brasil

Apesar de o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade terem aumentado nestes últimos anos como apontam pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Dado do censo em 2005, indicaram que as matrículas passaram de 2.155 para 6.022 em cinco anos, se considerados os alunos superdotados, os matriculados subiram de 2.173 para 6.328 e o aumento percentual foi de 191%.

Isto certamente representa um avanço, mas ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize sua inclusão plena. Visto que, existe um contraste muito grande nas diversas regiões do país, o Nordeste e o Norte, estão entre menores índices de matriculados. Os dados deste mesmo Censo revelam que 49% das 6.328 matrículas de alunos com necessidades especiais estão em Instituições de Educação Superior localizadas na Região Sudeste. A seguir vêm o Sul, com 24% desse total, e o Centro-oeste, com 14%. O Nordeste e o Norte concentram, respectivamente, 9% e 4% desse universo de estudantes.

Por outro lado, os índices sobre o tipo de deficiência mais freqüente entre os alunos com necessidades especiais matriculados nas Instituições de Educação Superior é a física (38%). A seguir vêm os estudantes com deficiência visual, que representam 32% do total. Já os deficientes auditivos detêm 23% dessas matrículas.

O Censo aponta também que o maior crescimento foi nas instituições de ensino superior privadas. Em 2000, as universidades públicas tinham 52,23% (1.135 alunos) do total de matriculados com necessidades especiais (incluindo os superdotados) e as privadas, 47,77% (1.038 estudantes). Já os números de 2005 mostram que 67% (4.247) dos alunos nessa categoria estudavam em entidades particulares.

Apesar destes quantitativos dados indicarem um salto no número de matrículas, o desafio de uma educação inclusiva na educação superior precisa ainda alcançar dados qualitativos, falta concretizar políticas públicas que atendam e respeitem as especificidades de cada aluno com deficiência, medidas que atendam a diversidade.

As pessoas com deficiência têm garantido, hoje, de acordo com a legislação vigente, o acesso à universidade – o que sem dúvida, se constitui

num avanço efetivo – porém, enfrentam diversas barreiras no processo de acesso e permanência, com qualidade, no ensino superior (MAZZONI; TORRES, 2005; FORTES, 2005). São barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, entre outras, que se sobrepõem ao acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior e que seriam superadas se fossem cumpridas as normas de acessibilidade a esse nível de ensino.

Segundo Miranda (2006, p. 07) “o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço”. No entanto, é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja mais respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas tanto por instituições públicas como privadas, aqui o MEC deve estar acompanhando não apenas a autorização, mas o funcionamento das instituições. Pois,

[...] enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- por exemplo. (MIRANDA, 2006, p. 6)

A construção de uma educação inclusiva requer uma reestruturação dos sistemas de ensino que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. Esse propósito exige ações práticas e viáveis que tenham como perspectiva operacionalizar a inclusão social e escolar de todas as pessoas, independente de suas necessidades.

Neste sentido o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes.

Para Marilena Chauí,

[...] se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes

de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. (2003, p. 6)

Sendo a universidade uma instituição social, ela não pode continuar reagindo de forma omissa as questões da sociedade desigual, ela como espaço de produção de conhecimento e intervenção social deve colaborar com a superação dos padrões e rótulos que tradicionalmente classificaram diferença e inferioridade como sinônimos, por isso “[...] a relação entre universidade e Estado não pode ser tomada como relação de exterioridade[...]” (CHAUÍ, 2003, p. 2).

No entanto, vemos ainda no espaço da universidade pública e em toda sociedade brasileira, práticas segregadoras, onde se exige um padrão de “normalidade”, em nome de uma igualdade, que põem no mesmo nível valores intelectuais e físicos, logo, as pessoas com características diferentes são discriminadas e estigmatizadas. Ao se definir na nossa sociedade normas e padrões para todos os homens, a exemplo, as formas de acesso à instituição de nível superior, o exame de vestibular, percebe-se nitidamente a padronização do desempenho de candidatos que possuem habilidades e competências diferenciadas.

Nesse sentido, é preciso a universidade trabalhe com igualdade de oportunidades reformulando toda sua forma de ingresso. Só assim ela estaria contribuindo com a superação do discurso sobre a desvantagem e descrédito à pessoa com deficiência.

Santos (2001) acentua, ainda, a necessidade de se impedir que o foco nas diferenças contribua para isolar grupos, para criar guetos e, conseqüentemente, para aumentar, na sociedade, a fragmentação que se quer eliminar. É preciso nos prevenir, sustenta, contra um novo *apartheid* cultural que, visando a criar igualdade, reafirme a separação. A história mostra-nos que igual desenvolvimento e separação jamais conseguiram coexistir. Com separação não há igualdades, há *apartheids*. “A igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem às coisas” (SANTOS, 2001, p. 22).

Da análise: o caso da Universidade Federal da Bahia

O presente trabalho apresenta o diagnóstico das condições de acesso e permanência do total de 15 (quinze) alunos que possuem deficiência numa Universidade Federal. A proposta metodológica para desenvolvimento desta pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, através do estudo de caso. Segundo André e Ludke (1995) “essa abordagem de pesquisa tem preocupação maior com o processo do que com o produto” (p. 44).

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica, e documental, a respeito da legislação sobre inclusão e necessidades educativas Especiais. Logo

após foi realizada a identificação dos alunos com deficiência, através de cadastro da universidade, em seguida foram entrevistados quinze alunos com deficiência matriculados, e quinze coordenadores de cursos, sendo aplicados questionários semi-estruturados.

As categorias de análise foram: Caracterização da pessoa com deficiência, caracterização da escolaridade anterior do estudante, condições de ensino e aprendizagem na educação superior e de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial as Tecnologias Assistivas.

Do número de alunos entrevistados, dez deles, estão na graduação, e cinco em programas de pós-graduação. Cinco estudantes possuem deficiência visual, sendo quatro cegos e um com baixa visão; seis possuem deficiência física, sendo que quatro desses são cadeirantes, quatro possuem deficiência auditiva. Nove são do sexo feminino e seis do sexo masculino. As idades desses alunos variam de 19 a 35 anos. Os cursos frequentados por esses alunos são: Graduação em: Administração de Empresas (uma aluna), Ciências Contábeis (uma aluno), Direito (total de dois: um aluno e uma aluna), Enfermagem (uma aluna), Engenharia Elétrica (um aluno), Engenharia Sanitária e Ambiental (um aluno), Letras (uma aluna) e nos cursos de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (uma aluna), Mestrado em Música (um aluno), Mestrado em Educação (total de duas alunas), Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (um aluno), Nutrição (uma aluna) e Psicologia (uma aluna).

Foram identificados aspectos relacionados ao seu processo de escolarização básica, procurando conhecer se às práticas educativas foram inclusivas. Depoimentos divergiram entre os entrevistados – aqueles oriundos de escolas privadas relataram que foram bem acolhidos pelos seus professores e colegas durante o período que estiveram no ensino fundamental e médio. Todos tiveram suas necessidades de adaptações físicas, e de infra-estrutura atendidas embora, uma das alunas com deficiência auditiva tenha relatado a falta de atenção dos professores durante seu terceiro ano do ensino médio, devido segundo ela, ao excesso de alunos por sala em colégio de classe média de Salvador.

O fato de existir, a maioria de alunos oriundos de escola privada, um total de doze, demonstrou claramente que, o acesso da pessoa com deficiência na universidade pública é fundamentalmente demarcado pela condição sócio-econômica. Aqueles que possuem escolarização em boas instituições privadas, com apoio pedagógico, e financeiro para aquisição de tecnologias de ajuda e infra-estrutura de transporte particular, assim como, outros serviços de profissionais como fisioterapeuta, fonoaudióloga, por exemplo, têm mais condição de acesso ao ensino superior público.

Foi unânime entre todos os alunos entrevistados a opinião sobre o bom atendimento às suas necessidades especiais no processo seletivo do vestibular. Houve ampliação do tempo de prova, prova em braile, adaptações de rampas, sanitários, e mobiliário.

Por outro lado, respostas sobre suas condições de permanência depois de ingressarem na Universidade não evidenciaram o mesmo acolhimento recebido durante o processo seletivo. Observou-se que, a permanência do aluno com deficiência na instituição tem sido exclusivamente, promovida, através da sensibilização de professores, coordenadores de curso, e da família. Isto segundo eles, é por conta da carência das condições materiais e, principalmente do despreparo dos professores para a interação com as suas necessidades específicas. Alguns deles contaram com o apoio dos coordenadores de colegiado e chefes de departamento que vêm oportunizando as condições necessárias para o desempenho das atividades, a exemplo, de mudança de sala de aula para locais onde o acesso não seja por meio de escadas (para os alunos com deficiência física). Para isto, às vezes se faz necessária a negociação entre professores do departamento para que cedam espaços já ocupados por outros professores, ou disponibilidade de apontamento de aulas de professores para o aluno fotocopiar, ou copiar arquivo digitalizado, bem como disponibilidade de computadores de projetos de pesquisas para que o aluno tenha acesso a internet ou edite seus textos.

Foi relatado por um aluno com deficiência física, que precisava de carteira adaptada para assistir as aulas, e que devido a demora na aquisição da mesma pela Universidade, foi necessário adquirir com recursos próprios a mesa utilizada para apoio as suas atividades didáticas no curso de Engenharia Elétrica, pois, segundo ele, não dava mais para aguardar uma solução da direção da Universidade, pois já fazia um mês do início das aulas.

É importante ressaltar que, soluções individuais não resolvem a questão, é preciso que a comunidade acadêmica, de modo geral, possa reivindicar, e dizer a Universidade suas necessidades, dialogando com os setores responsáveis, para que os mesmos assumam uma política de atendimento às necessidades específicas dos alunos, pois, nem todos os alunos possuem a condição financeira do aluno acima.

Um dos alunos entrevistados, com baixa visão, não tem recursos próprios para adquirir tecnologias de ajuda. Ele possui muita dificuldade para acompanhar as aulas do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, pois não conta com nenhum recurso tecnológico para ampliação dos textos, e as aulas não são ministradas através de projeção e multimídia. Isto certamente facilitaria o aumento da letra na exposição dos professores.

Resultados da pesquisa ainda indicaram a minimização de barreiras arquitetônicas, em alguns prédios da IES em estudo, com a construção de algumas rampas de acesso, elevadores, e banheiros adaptados. No entanto, isto apenas, não consegue promover a acessibilidade física plena. Faltam pistas táteis, corrimão em corredores e salas de aulas, e sinalização visível das vagas para os deficientes nos estacionamentos das unidades. Além de serviço de transporte, para aqueles que não possuem carro próprio, dentro do campus, possibilitando ao deficiente físico / cadeirante, dirigir-se com maior mobilidade a

diferentes unidades onde eles possuem aulas. Para o aluno que não possui carro da família a sua locomoção aos diferentes espaços onde possuem aulas, essa situação ainda é muito mais difícil. Como afirma o depoimento de um aluno cadeirante abaixo:

Para eu chegar na universidade saio de casa até três horas antes para poder esperar o ônibus que possui acessibilidade, meu pai é que me leva até a faculdade, tenho que pegar dois ônibus até lá, desço num terminal e pego um ônibus para chegar no centro da cidade, lá meu pai fica aguardando entre uma aula e outra para me levar até o outro campus onde tenho outras matérias é muito difícil, quando chego no campus, ainda tenho que andar até a unidade pelas vias que não são muito bem sinalizadas, nem planas, quando chove então, é mais difícil ainda, porque acumula muita água e lama entre ruas e passeios. (Aluno de ciências contábeis com deficiência física).

Depoimentos da aluna deficiente auditiva, que cursa administração de empresas, mostraram a falta de preparação de professores para atender suas necessidades, segundo a mesma, pois são pouco utilizados pelos docentes, recursos tecnológicos como projeção de multimídia. Isso dificulta o acompanhamento das aulas, pois a prática unívoca de transmissão oral de aula pelo professor, sem a consulta de textos ou livros, ou outras fontes de pesquisa em rede internet, é um fator que limita, a seu ver, o acompanhamento da aula pelo aluno surdo. A aluna ainda reivindica material de apoio pedagógico, e sensibilização de alguns professores para que suas falas fossem mais dirigidas a ela, e assim, poder realizar melhor a leitura labial.

Durante as aulas, eu faço leitura labial, mas nem sempre é possível fazer essa leitura, devido à movimentação do professor, que não se mantém de frente para mim, eu peço para os professores, mas eles esquecem, aí fica difícil acompanhar tudo que o professor fala. Além disso, tem a falta de material onde posso consultar o assunto da aula, alguns professores disponibilizam suas transcrições, apontamentos, outros não por que não usam estes recursos. (Aluna de administração deficiente auditiva)

Como podemos verificar, além de demandas materiais, outras questões ligadas às práticas pedagógicas dos professores se fazem necessárias. A formação de professores no magistério superior, para áreas que não são pedagógicas, geralmente, não conta com disciplinas que preparem para o ensino em seus currículos. Por isso, os professores desconhecem as questões relacionadas às necessidades educativas especiais.

Quanto ao acesso às tecnologias da informação e comunicação, dos quinze alunos, quatorze possui computadores em sua residência, com acesso à internet banda larga, realizam a edição de todos os seus trabalhos acadêmicos em casa, e acessam e-mail diariamente. Por outro lado, uma das alunas relatou que, por conta da falta de acessibilidade do laboratório de sua Unidade de Ensino, ela tem que acessar a internet em *lan house* do bairro onde mora, ou se deslocar até o setor Braille da Biblioteca Central do Estado da Bahia para edição dos seus trabalhos acadêmicos.

Se esses alunos tivessem acesso aos recursos tecnológicos que estão disponíveis na sociedade teriam, com certeza, uma melhor qualidade de seu processo de aprendizagem e conseqüente inclusão no meio acadêmico em que circulam. Como afirma Vygotsky (1984), as limitações que as pessoas com deficiência encontram para interagir com o meio impedem o desenvolvimento de habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem, no qual acabam agindo passivamente. Mas, essas limitações podem ser compensadas ou superadas pelas condições adequadas de ambiente. Sendo assim, o acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, pela cultura, escola e tecnologias, contribuem decisivamente para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Segundo Galvão Filho, “desenvolver recursos de acessibilidade seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras e inserir este indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem proporcionada pela cultura” (2005, p. 116).

Para Galvão Filho (2005), existe ainda outros problemas que estas limitações trazem consigo, são os preconceitos que a pessoa com deficiência enfrenta. Desenvolver recursos de acessibilidade significa combater este preconceito, já que seria dado a pessoa com deficiência condições de interagir, aprender e explicitar o seu pensamento, mais facilmente. Para ele, o desenvolvimento de habilidades por meio das tecnologias, possibilita que o indivíduo com deficiência seja tratado como:

[...] “deficiente igual”, ou seja, “diferente”, por sua condição de portador de necessidades educativas especiais, mas, ao mesmo tempo, “igual” por interagir relacionar-se e competir, em seu meio, com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. Ele é visto como “igual”, portanto, na medida em que suas “diferenças” cada vez mais situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Este indivíduo poderá então, caminhar no sentido da superação do preconceito. (GALVÃO FILHO, 2005, p. 116)

Neste sentido a Tecnologia Assistiva – TA vem dar suporte para efetivar o novo paradigma da INCLUSÃO na escola à Sociedade para Todos, que tem abalado os preconceitos que as práticas e os discursos anteriores forjaram sobre e pelos deficientes. No entanto, o emprego das tecnologias, por mais promissor que possa ser está invariavelmente sujeito às restrições de ordem

cultural, econômica, social ou sociológica que convém, examinar com realismo. Existe uma tensão entre as possibilidades oferecidas pela tecnologia (elas próprias em mutação constante) e as condições de sua aplicação: o sistema social e educacional e os modos de gestão devem abrir espaço à tecnologia em um determinado nível de desempenho.

Entrevistas com o total de quinze coordenadores de cursos onde existem estudantes com deficiência, revelaram o desconhecimento, no tocante às questões conceituais sobre Educação Especial. Os mesmos apontaram a importância de estar discutindo legislação, diagnóstico e aprendizagem sobre a pessoa com deficiência entre docentes e funcionários técnicos administrativos. Assim, poderiam melhor incluir os deficientes na rotina acadêmica.

Em revisão de literatura sobre o tema, foi possível identificar que outras Universidade Federais passam pelo mesmo desconhecimento por parte dos seus profissionais. Costas e Pacheco, identificaram numa pesquisa sobre a inclusão do aluno com deficiência na UFSM que os conceitos de inclusão e de necessidades educacionais especiais, para muitos, ainda é desconhecido “[...] o que realmente é o processo inclusivo e o que são pessoas com necessidades educacionais especiais” (COSTAS; PACHECO, 2006, p.18).

Na Universidade Federal da Bahia, sugestões de uma entrevistada apontam alguns caminhos que poderão ser adotadas pela Universidades:

Intercâmbio com Instituições preparadas para treinamento dos professores a fim de lidar com os deficientes para inserir-los na rotina acadêmica. Quando da inserção dos alunos na Universidade crie-se um meio de identificação do tipo de deficiência que o ingresso possui, podendo contar com a colaboração do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB) da própria instituição, assim como, atendimento pedagógico especializado ao longo do curso deste ingresso. (Coordenadora do curso de enfermagem)

Sobre adaptações curriculares para atender ao aluno deficiente, dos quinze coordenadores de cursos entrevistados, apenas cinco declararam que existe ampliação do tempo para a realização das provas, monitoria para colaborar com aprendizagem desses alunos, assim como ampliação do tempo de curso para aqueles que necessitarem.

Observamos que no que se refere aos conceitos de inclusão e de necessidades educacionais especiais, mesmo que alguns coordenadores já possuam esclarecimentos e idéias claras sobre estes assuntos, para muitos ainda é desconhecido o que realmente é o processo inclusivo e o que são pessoas com necessidades educacionais especiais. Os cursos que receberam acadêmicos com necessidades educacionais especiais, precisaram, obrigatoriamente, buscar meios de inserir esse aluno da melhor forma possível, porém,

nos cursos em que não há alunos incluídos, o processo inclusivo parece ser uma realidade ainda não conhecida e distante.

Para González (2002) qualquer aluno sendo formado para ser professor deveria receber uma adequada preparação básica, que lhe proporcionasse algumas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que apresentam necessidades específicas, de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em habilidades e atitudes relacionadas às situações cotidianas. O autor entende que “[...] os objetivos da formação inicial deveria incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas, processo de atenção à diversidade dos alunos (p. 245).

Conclusão

Resultados desta pesquisa apresentam indicadores de necessidades para efetivar o atendimento educativo adequado para a permanência dos estudantes com deficiência na Universidade. É preciso que a instituição promova políticas mais diretas para a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico.

O pouco número de estudantes que têm acesso a IES em estudo, ainda é insignificante em face ao número de estudantes que tem a instituição, aproximadamente 20.000 alunos. Verifica-se, assim, que além de uma política de permanência, a universidade deve promover uma discussão na sociedade sobre a política de acesso ao ensino superior, oportunizando alternativas, tais como curso de pré-vestibular, entre outras ações, que minimizem a falta de oportunidade desses estudantes excluídos de contextos educativos regulares.

Por outro lado, a partir do momento em que a Universidade promova o acesso da pessoa com deficiência na Instituição, deve oferecer condições pedagógicas e tecnológicas adequadas. Com isso, certamente, teremos um maior número de deficientes sendo encorajados a ingressarem na instituição.

Neste sentido, constatamos que a instituição deve promover a sensibilização de equipes diretivas das unidades acadêmicas, dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, para que possa haver maior interação entre o aluno deficiente e a comunidade acadêmica. Além disso, a criação de um laboratório de apoio pedagógico, onde o aluno contasse com ajuda de tecnologias e profissionais, tais como: pedagogo, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, profissionais da computação entre outros, disponíveis para criar soluções tecnológicas e pedagógicas para o atendimento aos estudantes.

Com a ajuda adequada, os alunos teriam condições de realizar suas atividades específicas, como leituras, escrita em Braille, no caso dos deficientes visuais, poderiam também gravar as aulas dos professores e fazer suas consultas em outros momentos oportunos. As avaliações não iriam demandar dificuldade para serem realizadas, pois com a ajuda dos recursos eletrônicos,

como exemplo a impressora em Braille que imprime os caracteres normais do computador transcrito para o Braille.

Referências

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

_____. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 03 dez. 1999.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2007.

COSTAS, F. A. T.; PACHECO, R. V. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial (UFSM)**, Santa Maria, RS, v. 2, n. 27, p. 151-169, 2006.

FORTES, V. G. G. de F. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN**: a percepção dos acadêmicos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GALVÃO FILHO, T. Ambientes computacionais e telemáticos na educação de alunos com necessidades educacionais especiais. In: PRETTO, N. de L. (Org.). **Tecnologia e novas educções**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. v. 1, p. 105-126.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F. **A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MIRANDA, T. G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In:

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2., 2006, Vitória.
Anais... Vitória: UFES, 2006.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial (UFSM)**, Santa Maria, v. 2, n. 25, p. 37-48, 2005.

SANTOS, B. de S. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2001, v. 26, n. 1, p. 13-32, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Correspondência

Telma Brito Rocha – Av. Reitor Miguel Calmon, Vale do Canela, Cep: 40100-110, Salvador (BA).
E-mail: telmabr@hotmail.com

Recebido em 28 de fevereiro de 2009

Aprovado em 03 de junho de 2009

